

AS MUDANÇAS SOCIAIS E A CULTURA CAIÇARA

Paulo Noffs

1. O TOQUE TOQUE PEQUENO

No final dos anos 1960, o S. Alcides Honório, pai do Zezinho, morreu de raiva, algum tempo depois de ser mordido por um cachorro infectado com a doença. Ele era proprietário da única venda do Toque Toque Pequeno, que ficava bem no meio da rua da Praia. Após a sua morte, Benedito Honório, o filho mais velho, trocou as mercadorias da venda por um caminhão velho, dando início assim a perda do patrimônio da família.

S. Leôncio, pai de Messias, tinha no cultivo da banana e nas redes de pesca, a sua principal atividade de subsistência. Aliás, essas eram as ocupações da maior parte das famílias do lugar. Nessa época, a organização social e econômica do Toque Toque Pequeno, assim como das demais localidades da costa sul de São Sebastião, estruturava-se nos territórios da praia e do sertão.

No território da praia, por excelência, configurava-se a trama das relações sociais porque, antes de mais nada, a presença do mar determinava a qualidade e a essência da vida do caiçara e era a fonte primeira de alimentação das famílias.

Na praia estavam as moradias e os caminhos organizando a circulação das pessoas. Destacavam-se aqueles ligando as casas aos dois ribeirões que deságuam no Toque Toque Pequeno. Os ribeirões eram de vital importância pois, não dispendo de encanamentos e nem de poços, a água era transportada em baldes ou potes para as residências. Os habitantes serviam-se diretamente deles para o banho, lavar roupa, limpar o peixe, etc. As famílias construía suas casas as mais próximas possíveis da “fonte” (local determinado do ribeirão onde uma família se servia). O acesso à água era garantido a todas as famílias e aquelas cujas propriedades não eram banhadas por um dos ribeirões, podiam se servir livremente deles.

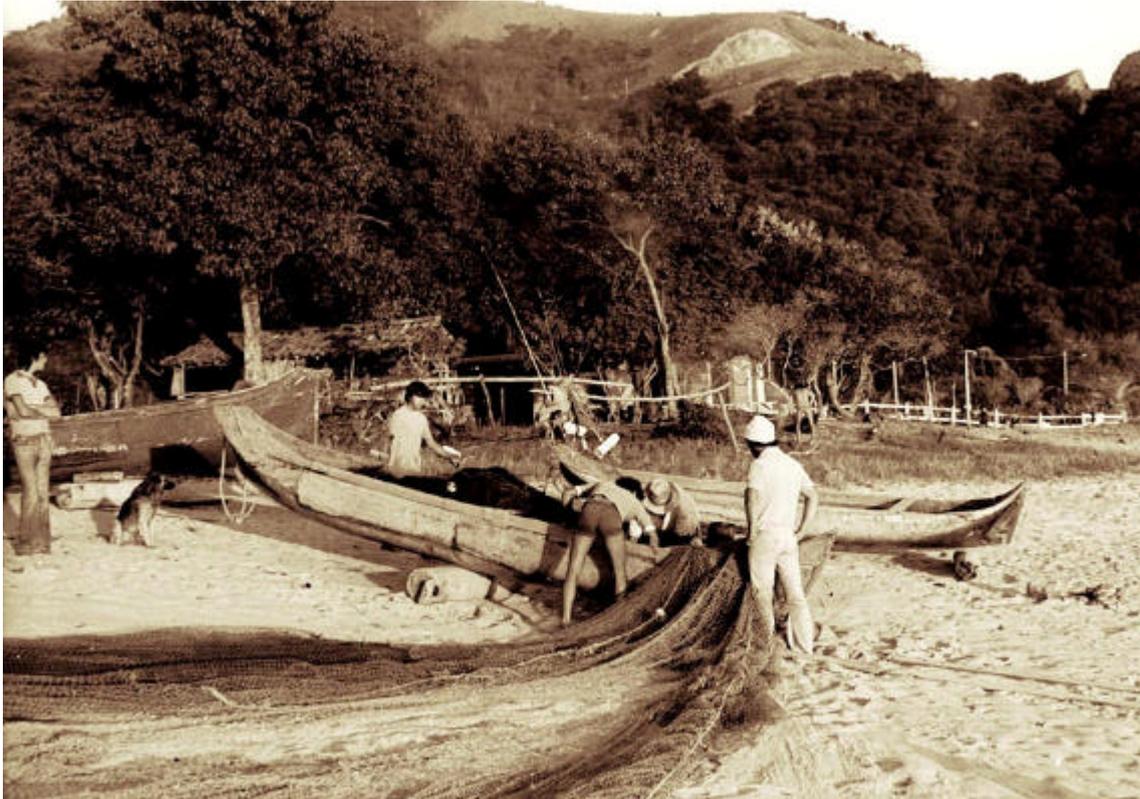
Na praia estavam localizadas a escola, a igreja e a “venda”. Também era aonde chegavam as canoas e os barcos motorizados, que transportavam pessoas e mercadorias para Santos, São Sebastião e praias vizinhas. Davam-se aí as articulações entre as famílias e com o mundo exterior. As propriedades não eram cercadas e as pessoas circulavam livremente por todo o Toque Toque Pequeno.



O Toque Toque Pequeno em 1974. Predominavam no espaço os elementos da cultura caiçara, como os arvoredos ao redor das casas, os bananais, os caminhos ligando umas casas às outras ou aos ribeirões.



Casa na rua da Praia, típica das famílias mais “abastadas”. Esta pertenceu ao “Santinho”, proprietário do engenho de aguardente e da primeira televisão em 1973, onde os moradores locais se reuniam para assistir as novelas e jogos de futebol.



Dois aspectos da pesca de cerco flutuante, atividade econômica mais importante praticada no Toque Toque Pequeno no início da década de 1970: o embarque das panagens da rede depois de passarem por reforma e o momento da visita ao cerco para realização da despesca.



Contrapondo-se à praia, existia o território do sertão. Era constituído por roças, bananais e regiões especiais da floresta (coleta de madeira e ervas diversas e locais de caça). O território do sertão era local de trabalho e nunca da moradia ou do comércio. Era onde alguns membros da família iam diariamente cuidar da lavoura, cortar algum pau, recolher lenha ou caçar. Os produtos do sertão eram transportados para a praia, onde eram consumidos pelas famílias ou embarcados para Santos ou São Sebastião.



O território do sertão era local de trabalho onde os caiçaras iam cuidar dos bananais, principal produto agrícola do Litoral Norte após a decadência dos engenhos de pinga na década de 30.

A partir de 1962, com a abertura da rodovia São Sebastião - Bertioga integrando a costa sul de São Sebastião a Santos, São Paulo, Vale do Paraíba e a todo o circuito rodoviário do País, tem início a desorganização do Toque Toque Pequeno enquanto espaço da pequena produção mercantil. Nessa época começa a transferência da posse da terra para turistas basicamente de São Paulo.

Nas primeiras transferências, o caiçara não vendia a mercadoria terra. Vendia antes, sua casa de pau-a-pique, as bananeiras, laranjeiras e a roça que, ao longo dos anos, formou com seu trabalho e o de seus antepassados. Neste momento, para o caiçara, a venda da terra não significava uma ruptura, uma desvinculação de seu objeto e meio de trabalho. Significava apenas entrar na posse de certa quantia em dinheiro e mudar-se para outro local nas proximidades, para a posse de algum

parente, com quem certamente teria alguma herança em comum. Enquanto o uso urbano não se impôs hegemonicamente, esse fenômeno foi predominante. Para o comprador, a coisa era diferente. Comprava a terra pelo preço da “banana”. Para ele, a terra era um valor de uso para si, e também um valor de troca, pela possibilidade de negociá-la mais tarde ou dela extrair renda. Se assim fizesse, estaria vendendo ou alugando não apenas sua propriedade, como também outros valores que foram sendo incorporados ao espaço local, materializados na estrada, no poço artesiano, na casa de alvenaria, na rede elétrica, na rua aberta pela prefeitura etc. Outra característica que compunha o valor da terra era determinada pela localização do imóvel em relação a uma qualidade natural do espaço, ou seja, em relação à praia, ao mar, à cachoeira. Qualidades essas que não são frutos do trabalho e que se combinam com os demais valores incorporados ao espaço, no seu processo geral de valorização.

O período que vai de 1962 a 1972 pode ser caracterizado como o da etapa liberal da construção de um novo espaço, pois a aquisição das terras dos caiçaras era resultado das iniciativas de compradores isolados, permitindo que o urbano se desenvolvesse gradualmente. No espaço, no lugar das roças, das fruteiras, dos ranchos de pesca, começavam a aparecer as residências de turistas. As transformações, ocorrendo lentamente, não promoveram uma ruptura brusca com a estrutura anterior da pequena produção mercantil. Os novos proprietários e usuários em geral acreditavam estar “compartilhando” a praia com os caiçaras.



As primeiras famílias a se mudarem para o morro continuaram praticando suas atividades tradicionais.

Nesse período era comum a prática do “camping” selvagem. Nos fins de semana prolongados e nos meses de férias escolares, era grande o número de campistas que afluíam para o Toque Toque Pequeno.

Em 1972, a Empresa Albuquerque e Takaoka começou a investir no Toque Toque Pequeno, comprando as terras dos caiçaras para a implantação de um futuro empreendimento imobiliário. A cada nova propriedade comprada pela empresa, mais uma cerca era estendida, impedindo a livre circulação entre as casas. Com as cercas tornou-se problemático o acesso à água dos ribeirões, obrigando as famílias à instalarem bombas para retirar água do sub-solo ou a percorrer grandes distâncias até um trecho do ribeirão ainda não cercado. A praia estava deixando de ser o espaço da produção, da circulação, da sociabilidade e estava se fechando para o caiçara.

Em 1974, D. Hilda, mãe do Zezinho e viúva do S. Alcides Honório, vendeu a sua casa na praia para o Takaoka e foi morar no morro, acima da estrada. Em 1977, já eram 7 famílias com 40 pessoas que moravam acima da estrada. Outras famílias que também venderam suas terras, optaram por morar na cidade, quase sempre em Santos, São Sebastião ou Guarujá.

Em 1976, Zezinho vendeu o restante das terras na praia a que ainda tinha direito. Recebeu como pagamento da empresa Albuquerque e Takaoka, parte em dinheiro e parte em um terreno, contíguo ao de sua mãe no morro. Um ano depois vendeu também o novo terreno e o dinheiro recebido foi consumido na compra de eletrodomésticos. Nesse mesmo ano, Zezinho constituiu sua própria família e construiu sua casa em um pedaço do terreno de sua mãe. Sustentava sua família trabalhando como auxiliar de pedreiro na construção de casas de turistas.

Messias não vendeu suas terras e assim como fizeram alguns parentes e vizinhos seus, preferiu continuar morando na praia.

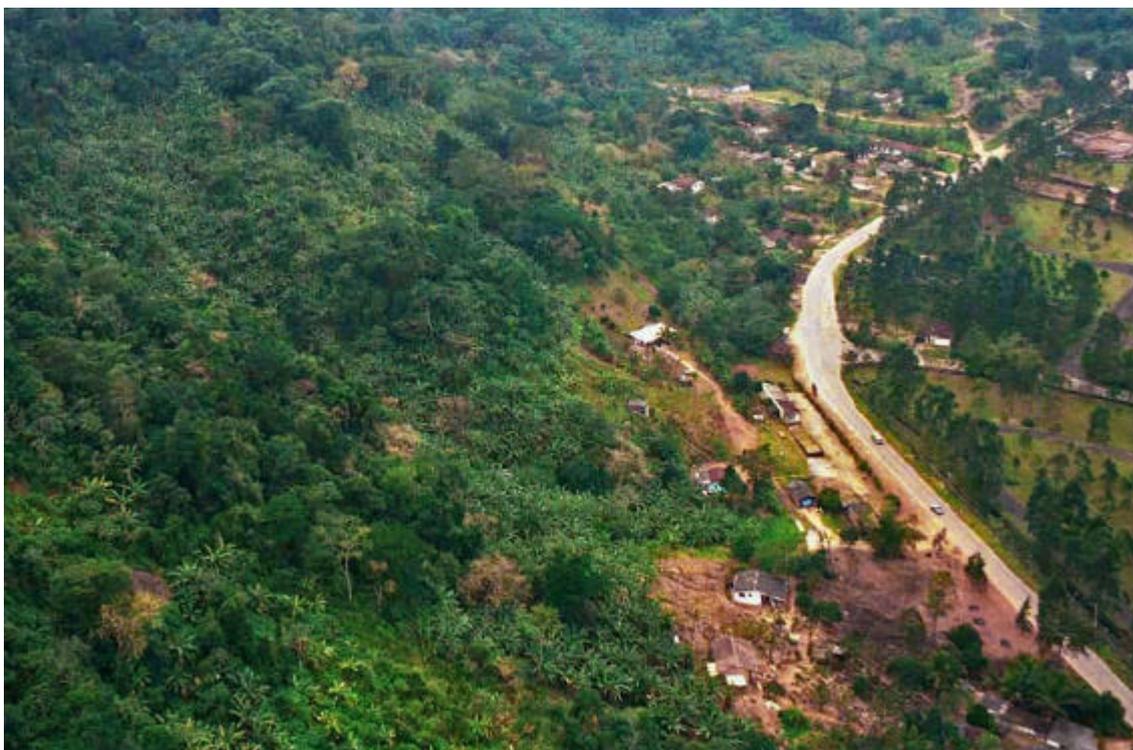
Em 1977, após ter adquirido mais de 80% das terras disponíveis, a empresa Albuquerque e Takaoka iniciou as obras de implantação de um grande loteamento. Nesse mesmo ano, o “camping” selvagem foi proibido nas áreas públicas do Toque Toque Pequeno, sendo permitido apenas em terrenos particulares.

Para a empresa Albuquerque e Takaoka, não interessava apenas a aquisição de propriedades. Tratava-se de obter o monopólio dos solos disponíveis para empreender o seu projeto imobiliário. A partir daí, uma nova força foi liberada, arrasando morros, mudando e canalizando cursos de rios, aterrando as baixadas, abrindo, calçando e iluminando ruas, encanando a água e distribuindo energia elétrica domesticamente. Estava em curso a construção de um novo espaço, que não

guardava física e culturalmente relação nenhuma com o seu passado. Novas forças produtivas moveram-se para a sua edificação: motoniveladores, tratores, maquinarias em geral e um contingente de mão-de-obra assalariada, estranha ao local e oriunda de várias regiões diferentes do País, funcionários de empreiteiras sediadas quase sempre em São Paulo. Estes trabalhadores, que se sobrepuseram à população local, tinham em comum com esta apenas o fato de estarem separados, “opostos” às mercadorias que estavam produzindo: o lote urbano para a residência de turistas oriundos de uma camada privilegiada da população brasileira.

Em 1988, o espaço estava redimensionado no Toque Toque Pequeno. Os condomínios implementados pela Empresa Albuquerque e Takaoka determinaram dois grandes territórios: os de dentro e os de fora de seus muros. Os proprietários no interior dos condomínios contavam com os serviços exclusivos de vigias, administradores, limpeza de ruas e calçadas, esgoto e água encanada, etc., além de serem proprietários (e não posseiros) da terra.

O outro território era constituído pelas terras que a empresa não conseguiu comprar ou comprou apenas parcialmente. Parte delas está ocupada por turistas independentes dos condomínios, e outra, a principal, por uma população de trabalhadores, da qual os caiçaras não se distinguem mais. Nos morros acima da estrada aparece a outra face do urbano, o território da pobreza, da mão-de-obra, do trabalho assalariado.



Nos morros acima da estrada aparece a outra face do urbano.

2. A BAÍA DOS CASTELHANOS

Quem visitava a Baía dos Castelhanos até o final da década de 1990, surpreendia-se com o cenário agreste e misterioso, além de muito belo. Do alto do espigão não se percebia a presença do homem. E a praia, escondida pelas árvores, só se revelava pelo quebrar das ondas distantes. A paisagem era dominada pela floresta primária recobrendo os vales profundos e os esporões de serra que avançam sobre o mar, contornando-o em um grande semicírculo. Tinha-se a impressão de estar voltando para o século XVI.

Chegando à baixada na praia dos Castelhanos, a presença humana se mostrava aos poucos: bananeiras entre as árvores; capoeiras nos morros contornando os campos de sapé; ruínas de casas de pau-a-pique. Apenas nos dois cantos da praia dos Castelhanos apareciam casas, sempre de pau-a-pique, algumas rebocadas, outras não. Havia poucos moradores. Não existiam ruas, energia elétrica, telefones...uma ou outra roça de mandioca constituía a atividade agrícola. Vivia-se da pesca, como mostravam as canoas e as redes na praia e nos quintais das casas. Era uma vida pobre, apartada do tempo atual e que se repetia por todos os lugares da Baía dos Castelhanos: praias Mansa, Vermelha e da Figueira e o Saco do Sombrio.



Baía dos Castelhanos em 1977: cenário agreste e misterioso.



Uma ou outra roça de mandioca constituía a atividade agrícola. Vivia-se da pesca, como mostram as redes na praia



Esse cenário, muito parecido com o do Toque Toque Pequeno nos anos 60, com poucas variações, foi descrito por alguns estudiosos de Ilhabela. Gioconda Mussoline, na década de 1940, destacava a pesca de cerco introduzida pelos japoneses no Saco do Sombrio e a importância das canoas de voga para transportar a pinga produzida nos pequenos engenhos locais. Ari França em 1954 mostrou como funcionava precariamente o comércio, a produção e o transporte das mercadorias. Descreveu também o cotidiano difícil dos caiçaras na época, que dependiam de canoas a remo e de longas caminhadas a pé para se deslocarem pela Baía dos Castelhanos e para as cidades de Ilhabela e São Sebastião. Mais recentemente, em 2004, Mariana Pirró registrou um depoimento do S. Pedro Eusébio, morador antigo do Canto do Ribeirão na praia dos Castelhanos, que apresenta com riqueza, a vida dos caiçaras em meados do século passado e do qual reproduzimos um trecho a seguir:

“Trabalhava um pouco com Barbosa um pouco com Leonardo, um pouco com Barbosa um pouco com Leonardo, e assim foi. Quando trabalhava com Barbosa era no bananal – “tinha bananal ali em cima na pancada d’água, carregava de lá nas costas até aqui na cachoeira, dali então carregava no carro de boi até a praia, embarcava na canoa para daqui então fazer a baldeação de navio, e o barco levava a banana, ia até Santos...” Eram esses mesmos barcos que traziam mantimentos para o Sr. Barbosa e para o Sr. Leonardo. Parati, Ubatuba eram os nomes dos barcos. Quando era tempo de colheita, mandava o recado para o barco, então juntava o pessoal do Barbosa e do Leonardo e faziam a colheita de banana, laranja, limão, abóbora, melancia; colhiam e encaixotavam tudo. Leonardo tinha plantação de cana e levavam rapadura e açúcar em quantidade, e 2 a 3 tonéis de pinga.

Leonardo ia junto no navio, quando ele não podia ir, Barbosa é quem ia.

Quando trabalhava para o Leonardo era para carregar bagaço de cana: colocava no sol, depois que tava seco então tirava do sol, botava no paiol para depois então ir para o forno, para torrar e fazer a rapadura o açúcar. Na roça de cana, cortava cana, amarrava cana, carregava cana.

Trabalhava até sexta, quando era sábado eram dispensados então cuidavam da roça da família. A roça da família do Sr. Pedro era ali no caminho do mirante, lá tinha abóbora, cana, melancia, batata doce, milho. Feijão e arroz eles plantavam mas não dava nada. Plantavam para comer, para a família, quando a colheita era demais mandavam para o barco.”

Mais recentemente, mudanças vem ocorrendo na Baía dos Castelhanos. Atualmente, podem ser observados ao longo da orla da praia dos Castelhanos, bares

e campings, pequenos e rústicos, alguns deles construídos por caiçaras nos quintais das suas casas. Além de oferecerem bebidas e refeições simples, permitem aos turistas armarem suas barracas, aumentando assim o tempo de permanência na praia.



Bares e campings no Canto da Lagoa refletem o aumento do turismo na Baía dos Castelhanos

Outra mudança significativa foi o surgimento de casas de turistas. Construídas em alvenaria, já se destacam na paisagem, contrastando com as moradias caiçaras, geralmente de pau-a-pique. Junto com as casas são erguidas as cercas, demarcando a propriedade privada do solo. Algumas famílias caiçaras também estão substituindo suas casas de pau-a-pique por outras de alvenaria. É inequívoco o aumento das atividades do turismo e as transformações que estão trazendo para os caiçaras.

O comércio, a infra-estrutura de serviços, a construção de condomínios residenciais, de hotéis e pousadas, atividade urbanas tradicionalmente relacionadas com o turismo tão presentes em todo o Litoral Norte, não estão concretizadas na Baía dos Castelhanos, fato que não tem impedido um movimento cada vez maior de turistas. Entretanto, a propriedade da terra vem se concentrando nas mãos de especuladores e de turistas e nas praias Vermelha e da Figueira, já se configura uma situação de monopólio. Nessas praias, casas de veranistas foram construídas e os caiçaras agora são empregados dos novos proprietários. Paralelamente, com as transformações ocorridas na economia mundial, principalmente com as redes de

comunicação e transporte diminuindo as “distâncias”, as informações sobre a Ilhabela circulam o mundo, aproximando os Castelhanos da rede internacional de turismo.



Casas de turista construídas em alvenaria na Praia Vermelha já se destacam na paisagem, contrastando com as antigas moradias caiçaras que foram derrubadas.



Com a inserção da Baía dos Castelhanos na rede das atividades e negócios do turismo, o espaço ganhou uma nova dimensão. A propriedade privada da terra, que até então estava voltada a produção de alimentos, agora permite aos caiçaras a obtenção da renda da terra. Algumas famílias que não venderam suas posses, viram-se diante de uma nova situação que lhes possibilitava *“sem sequer o explorar, sem lhe tocar com as mãos e até mesmo estando ausente, extrair do solo a renda absoluta e grande parte das rendas ditas diferenciais”* (Lefebvre, 1972: 158)

Os campings de quintais são o melhor exemplo de como parte da população caiçara passou também a se beneficiar da renda de monopólio que a condição de proprietário da terra lhe confere. A extração da renda da terra permite a esses proprietários converter o dinheiro recebido dos turistas em capital, que pode ser investido na construção e ampliação de edificações para o camping, na aquisição de equipamentos de pesca e de meios de transporte, transformando-os em pequenos empreendedores capitalistas e empregadores da mão-de-obra local.

Foi o que aconteceu com o Sivoca, pescador da praia Mansa. Quando se casou em 1996, poderia ter ido morar nessa praia, onde tinha (e tem até hoje) sua estrutura e apetrechos de pesca. Mas preferiu ficar no Canto da Lagoa, na praia dos Castelhanos, lugar onde sua mulher Vivian nasceu e se criou. Tomou essa decisão porque enxergou a possibilidade de obter alguma vantagem com o crescente movimento de turistas. E assim, alguns anos depois, construiu em sua propriedade em frente ao mar, num dos lugares mais bonitos de toda a Baía dos Castelhanos, um pequeno camping e um bar para servir refeições e bebidas aos turistas.



Bar e Camping do Sivoca na Praia dos Castelhanos

Já Paulo, irmão do Sivoca, artesão e pescador, morador com sua família no mesmo lugar, pensa vender suas terras e não tem nenhum projeto de aproveitar a condição que a propriedade privada do solo lhe oferece para explorar o movimento de turistas no local.

Outra modificação importante a ser considerada é a transformação do trabalho familiar em mão-de-obra assalariada. Já é relativamente comum em toda a Baía dos Castelhanos encontrar caiçaras trabalhando como jardineiros, caseiros, pedreiros, serventes etc., em obras e residências de turistas e, até mesmo, de outros caiçaras.

O turismo hoje é uma realidade na Baía dos Castelhanos. Um dos pressupostos para sua realização é a existência de determinadas características, culturais e naturais, que fazem do espaço local um lugar especial. A arquitetura das casas e ranchos de pesca e a disposição dos povoados nas praias e costeiras, as canoas, os cercos flutuantes e os equipamentos de pesca, os utensílios domésticos etc., são manifestações no espaço da obra artesanal caiçara. Constituem, ao lado de outras singularidades da natureza, aspectos especiais de distinção a atrair os interesses do turismo para os Castelhanos.

Entretanto, a produção artesanal era um dos aspectos que fundamentava a existência do campesinato no litoral paulista (produção direta dos meios de subsistência, economia monetária incipiente etc). Com o desenvolvimento do turismo e de relações capitalistas de produção, essas condições tendem a desaparecer ou a se subordinar aos novos interesses mercantis. As novas casas dos caiçaras são construídas em alvenaria com os materiais comprados na cidade com dinheiro e os trabalhadores empregados nas obras são assalariados. Os utensílios domésticos são igualmente adquiridos com dinheiro nos mercados de Ilhabela ou de São Sebastião. Dinheiro que os caiçaras obtém vendendo artesanato para turistas, prestando serviços nas casas de veraneio, da taxa que os campistas pagam para armarem suas barracas próximas à praia etc.

Assim, o artesanato tradicional está desaparecendo. Os artesões não produzem mais utensílios para o trabalho da roça ou doméstico. A sua organização e produção estão voltadas ao comércio. Atualmente, as peças são vendidas para turistas, diretamente no local ou em lojas especializadas nas cidades.

Esse é mais um paradoxo introduzido pelo turismo: a cultura caiçara constituiu lugares especiais no espaço. Esses lugares tornam-se alvo de interesse de empreendimentos turísticos que, ao se desenvolverem, introduzem novas relações de produção que destroem as condições que permitiram a produção desses lugares especiais.



Baía dos Castelhanos, recanto de rara beleza e dotado de lugares especiais, obra do artesanato caiçara, a atrair o interesse do turismo do mundo todo.



3. A REALIDADE ATUAL

A realidade atual no Toque Toque Pequeno é consequência do desenvolvimento urbano, comandada pela implantação do empreendimento da empresa Albuquerque e Takaokaka e pelo processo contínuo de construção de novas casas, dentro e fora dos condomínios. A edificação dos lotes envolve um contingente considerável de trabalhadores, recrutados geralmente em São Paulo por empreiteiras de médio e pequeno porte. Essa mão-de-obra tem permanência temporária e parte dela acaba permanecendo no local.

Já em 1988, a falta de áreas para construção de novas casas para atender a demanda crescente da população de trabalhadores, estava levando a um “favelamento” dos morros, com a invasão das áreas públicas. Fossas mal dimensionadas, que se saturam facilmente, e a coleta e disposição inadequadas do lixo doméstico, foram tornando precárias as condições de higiene e saneamento. Com o passar dos anos, em decorrência do crescimento vegetativo da população e da renovação constante do contingente de trabalhadores que afluem para o Toque Toque Pequeno, o problema habitacional foi se tornando mais grave e as favelas cresceram, avançando sobre as áreas de proteção ambiental. Atualmente, já não se pode mais falar de comunidade caiçara no Toque Toque Pequeno, a não ser que se empregue essa palavra para denominar o habitante do litoral. Com esse sentido, os problemas dos caiçaras hoje são semelhantes aos da maioria da população de todas as grandes cidades brasileiras: desemprego, submoradia, ausência de infra-estrutura de saneamento, acesso precário aos serviços de saúde e educação etc.

Parte da população caiçara tradicional do Toque Toque Pequeno permaneceu morando na praia. Alguns se tornaram pequenos empreendedores capitalistas ao construir campings e casas de aluguel para turistas ou desenvolver algum tipo de comércio. A pesca continua sendo praticada, mas com poucas exceções, é exercida apenas como complemento às novas atividades comerciais. De um modo geral, as famílias caiçaras que não venderam suas propriedades, encontram-se numa situação financeira e de moradia melhor do que aquelas que perderam suas terras e moram precariamente no morro acima da estrada.

A principal consequência que a valorização do espaço trouxe para os caiçaras do Toque Toque Pequeno foi a transformação da terra em mercadoria acompanhada da transformação da pequena produção mercantil (sociedade rural produtora dos

meios de subsistência) em sociedade urbana, prestadora de serviços para as atividades de turismo.

O espaço se valorizou também para os caiçaras. Messias, dono das terras onde mora na praia, inicialmente abriu um pequeno camping na sua propriedade. Com o tempo, construiu algumas casas que aluga para turistas e dessa atividade, obtém parte da renda que sustenta sua família.



Casas do Messias na praia. À esquerda, a sua própria, onde mora com sua família. A da direita é alugada para turistas.

Zeinho perdeu as terras que tinha na praia e no morro. Hoje mora com sua terceira família, em um barraco no morro que divide com a família de seu filho mais velho. Ao lado moram outras famílias de trabalhadores pobres, já não se distinguindo mais a população caiçara tradicional dos migrantes nordestinos.

O que diferencia a Baía dos Castelhanos do Toque Toque Pequeno (e do restante do Litoral Norte) é a condição de semi-isolamento em que ela se encontra, neutralizando, por enquanto, a forte pressão do setor imobiliário para a implementação de empreendimentos turísticos. De resto, o processo de valorização do espaço e a transformação da terra em mercadoria já estão postos em toda a Baía dos Castelhanos. E como no Toque Toque Pequeno, o que se observa é a impossibilidade de acesso para maioria da população caiçara à riqueza trazida pelo turismo.



Rancho de turista na Praia da Figueira, Baía dos Castelhanos

O espaço foi muito valorizado na Baía dos Castelhanos e Toque Toque Pequeno. Mas o acesso às riquezas criadas pelo turismo está cada vez mais distante da população caiçara.



Casa do Zezinho no morro no Toque Toque Pequeno

4. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memória Histórica sobre São Sebastião. São Paulo: Revista de História, número XIX, 1959, 232 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. A cultura caiçara e a urbanização, in Enciclopédia caiçara, vol. 1, HUCITEC – NUPAUB – CEC, São Paulo, 2004, 382 p.

DIEGUES, Antonio Carlos e Nogara, Paulo José. O Nossa Lugar Virou Parque. NUPAUB – USP, São Paulo, 1999, 165 p.

ESTERCI, Neide. Populações Tradicionais, in Almanaque Socioambiental, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2005, 479 p.

FRANÇA, Ary. A Ilha de São Sebastião. São Paulo: Boletim, 78 - Geografia nº 10, F.F.C.L. da USP, 1954, 197 p.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Ed. Annablume, 2005, 252p.

LEFEBVRE, Henri. El Derecho a La Ciudad. Barcelona: Ed. Península, 1965.

LEFEBVRE, Henri. Espacio y Política. Barcelona: Ed. Península, 1976.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, 157 p.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência - A Questão Política no Campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980, 181 p.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980, 290 p.

NOFFS, Paulo da Silva. Os Caiçaras do Toque Toque Pequeno. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH da USP, 1983, 134 p.

PIRRÓ, Mariana. Atualização de Ilhabela, Diagnóstico sócio-econômico e ambiental. São Paulo: Departamento de Geografia, USP, 2002, inédito

PIRRÓ, Mariana. A Baía dos Castelhanos e seus Lugares: um olhar para o Lugar. TGI. São Paulo: Departamento de Geografia, USP, 2004

PRADO JR, Caio. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. São Paulo: Geografia - Ano 1, nº 1, AGB, 1935.

SILVA, José Graziano da (Org). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980